



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A - 7º Andar, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: - www.anac.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

MENSURAÇÃO DE SOFTWARE

Histórico de Revisões

| Data | Versão | Descrição | Autor |
|------------|--------|---|------------------------|
| 21/10/2021 | 1.0 | Finalização da primeira versão do documento | Equipe de Planejamento |
| 02/12/2021 | 2.0 | Ajuste com as recomendações da Procuradoria: 1. Incluída novas exigências no item 4.8 - Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais alinhadas ao Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis; 2. O item 4.5 (versão anterior) que tratava de Segurança e Privacidade foi mesclado com o item 4.13 denominado Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade; 3. Supressão do tempo mínimo de experiência no item 4.10.2; 4. Itens 4.13.2 e 4.13.13 alterados de modo a acomodar as orientações contidas no Anexo 7 da IN SGD/ME nº, 2019. | Equipe de Planejamento |

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Prestação de serviços de mensuração de tamanho de software, validação de mensurações realizadas por terceiros, em regime de empreitada por preço unitário de pontos de função, sob demanda, e de acordo com padrões de desempenho e qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. A presente licitação visa à contratação de empresa especializada em mensuração e métricas de tamanho funcional de sistemas de informação na métrica pontos de função, a serem prestados por profissionais certificados, compreendendo os sistemas da ANAC, desenvolvidos, sustentados e mantidos através de contratos com terceiro e por desenvolvimento interno.

2.2. **Serviços que compõem a solução**

Tabela 1 - Descrição do Serviço

| Id. | Descrição do Bem ou Serviço | Código CATMAT/CATSER | Quantidade | Métrica ou Unidade |
|-----|---|-------------------------|------------|--------------------|
| 1 | Serviços de mensuração de tamanho de software | 26034 | 11.350 | Pontos de Função |

2.3. A presente contratação adotará como regime de execução de empreitada por preço unitário.

2.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

3. **JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

3.1. **Contextualização e Justificativa da Contratação**

3.1.1. A ANAC definiu em seu “Plano Estratégico - 2020/2026”, como identidade estratégica, a missão de “*Garantir a segurança e a excelência da aviação civil*”, tendo como visão de futuro “*Ser referência na promoção da segurança e no desenvolvimento da aviação civil*”. Para alcançar esses referenciais, a tecnologia da informação tem desempenhado papel fundamental no que se refere a fornecimento de informações relevantes, estratégicas e confiáveis. Este aspecto é um item de destaque, tanto para fornecimento de informações à sociedade civil, quanto para tomada de decisões da ANAC.

3.1.2. Ademais, a Agência fornece um conjunto amplo de serviços à sociedade civil, atuando em uma diversidade de áreas e cadeias produtivas ligadas a aviação civil, compreendendo assuntos ligados à infraestrutura, indústria aeronáutica, movimentação de passageiros, segurança (*safety and security*) e regulamentação econômica do setor. Para suportar essas verticais de negócio, é necessário uma área de tecnologia da informação atuante e qualificada.

3.1.3. No intuito de atender a essas necessidades, a Gerência de Informações e Sistemas (GESI/STI) promove constantemente o desenvolvimento/sustentação de sistemas e soluções, que é executado atualmente a partir do Contrato 30/ANAC/2020 - Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas. Esse Contrato, baseado em práticas ágeis de desenvolvimento de sistemas, tem como objetivo a entrega de novas soluções e a manutenção do parque de sistemas da ANAC e possui sua precificação e pagamento baseado em pontos de função.

3.1.4. Nesse contexto, é mandatório haver a precificação adequada dos sistemas desenvolvidos e sustentados, através de técnicas e metodologias de mensuração de programas de computação, a fim de promover o dimensionado condizente às entregas implementadas pela contratada no Contrato acima referenciado.

3.1.5. O serviço de contagem de pontos de função consiste na aferição e validação dos quantitativos de pontos de função relativos aos serviços demandados através de contratos relacionados ao desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação da ANAC. O controle sobre as quantidades de pontos de função dos serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas é fundamental para a Agência Nacional de Aviação Civil garantir maior nível de segurança na remuneração dos serviços de fábrica de softwares.

3.1.6. Considerando as necessidades elencadas, cumpre a esta Gerência prover meios adequados e eficientes, do ponto de vista do interesse público, para obter os resultados almejados.

3.1.7. O Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, dispõe sobre atividades que podem ser executadas de forma indireta pela Administração Pública Federal. O Art. 3º deste Decreto elenca as atividades em que há vedação de execução indireta, por serem relacionadas a tomada decisão, planejamento, controle, coordenação, que têm característica estratégica do ponto de vista institucional.

3.1.8. A necessidade apresentada nos itens 3.1.4 e 3.1.5 não se enquadra na vedação do Art. 3º do Decreto 9.507, podendo ser executadas por empresas contratadas para apoiar a GESI no desempenho de suas competências, desde que não seja a mesma empresa que presta os serviços de desenvolvimento e sustentação dos programas à ANAC.

3.1.9. Para apoiar a atividade indicada nos subitens anteriores, existe em execução atualmente o Contrato 22/ANAC/2017, que possui como objeto “*contratação de serviços de apoio técnico em Tecnologia da Informação (TI) compreendendo serviços relacionados à desenvolvimento/sustentação de sistemas, gestão de TI, e governança de dados, no*

âmbito da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)." e cujos itens englobam a atividade de mensuração e métrica de softwares. Este Contrato terá vigência até 22/02/2022, havendo, portanto, premente necessidade de nova licitação para evitar a paralisação dessa importante atividade relacionada aos sistemas da ANAC, que geraria impactos no público interno e externo da Agência e nas atividades da aviação civil de forma geral.

3.1.10. Adicionalmente aos softwares desenvolvidos pela empresa terceirizada de desenvolvimento, há sistemas de informações continuamente sendo desenvolvidos pelo corpo interno de servidores da Agência Nacional de Aviação Civil, os quais são essenciais na execução de atividades de setores diversos da ANAC e que demandam a atualização contínua de seus tamanhos funcionais através de revisão e validação de suas linhas de base.

3.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**

| ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS | |
|-------------------------------------|---|
| ID | Objetivos Estratégicos |
| OE11 | Aprimorar a gestão da informação para tomada de decisão. |
| OE13 | Promover a alocação de recursos de forma estratégica e efetiva. |

| ALINHAMENTO AO PDTIC (2020/2021) | |
|----------------------------------|---|
| ID | Projeto do PDTIC |
| 2CPDTI20015 | Contratação de empresa especializada de mensuração de software. |

| ALINHAMENTO AO PAC (2021) | |
|---------------------------|---|
| Item | Descrição |
| 1655 | Contratação de empresa especializada de mensuração de software. |

3.5. **Estimativa da demanda**

3.5.1. Para a identificação do volume estimado dos serviços da presente contratação relativos à aferição e validação de pontos de função, utilizaram-se como base os quantitativos necessários para desenvolvimento, manutenção evolutiva e sustentação de softwares decorrente das entregas advindas da execução do Contrato nº 30/2020, pois a estimativa deste Estudo Técnico deve basear-se nos quantitativos máximos estimados para aquele Contrato, acrescidos da necessidade de revisão das linhas de base das aplicações existentes.

3.5.2. O atual contrato de prestação de serviços de manutenção, desenvolvimento e sustentação de softwares na ANAC (Contrato 30/ANAC/2021 - SEI! 5113473) possui a volumetria máxima contratada, para o período de 12 (doze) meses, de 7.000 (sete mil) pontos de função, representados na Tabela 2 pelos itens "Projeto de Software" e "Sustentação de Software". A presente contratação deve fazer face à necessidade de contagem do mencionado Contrato ou outro que venha a substituí-lo.

3.5.3. Acrescentou-se a essa estimativa a necessidade de revisão, validação ou criação de linhas de base de sistemas da ANAC, em alinhamento ao anexo "Boas Práticas, Orientações e Vedações" vinculado à Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016, publicado em 27 de maio de 2019 pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia. O levantamento da necessidade considerou o incremento máximo esperado em linhas de base - considerando que o item de desenvolvimento seja executado em sua totalidade - em 3.600 (três mil e seiscentos) pontos de função. Além disso, é necessário considerar os sistemas desenvolvidos internamente pela ANAC em Apex. Nesse contexto, o levantamento de dados da área requisitante revelou que anualmente têm sido desenvolvidos entre 08 e 12 sistemas em Apex pela ANAC, os quais totalizam montante entre 50 e 100 pontos de função cada um. Por conseguinte, esta Equipe considerou os dados médios anuais, quais sejam de 10 aplicações anuais desenvolvidas em Apex e 75 pontos de função médios para cada sistema, resultando em número estimado de 750 pontos de função para contagem desses sistemas. Portanto, a estimativa de necessidade relacionada a revisão, validação e criação de linhas de base de sistemas totaliza 4.350 (quatro mil trezentos e cinquenta) pontos de função.

Tabela 2 - Estimativa de demanda

| Descrição | Unidade de métrica | Quantidade estimada | Tipo de Consumo |
|---|----------------------|---------------------|-----------------|
| Projeto de <i>Software</i> | Ponto de Função (PF) | 3.600 | Sob demanda |
| Sustentação de Software | Ponto de Função (PF) | 3.400 | |
| Revisão, validação ou criação de linhas de base de sistemas | Ponto de Função (PF) | 4.350 | |
| Total de PFs | | 11.350 | |

3.5.4. A execução contratual se dará por demanda, em consonância com as entregas da fábrica de software e mediante solicitação da contratante para revisão, limitada ao quantitativo máximo contratado de pontos de função anuais, sem garantia de consumo mínimo. Além disso, não há previsão quanto à distribuição da demanda ao longo dos meses, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada dimensionar adequada e tempestivamente sua capacidade de atendimento para fazer face às ordens de serviço, inclusive respeitando os prazos e níveis mínimos de serviço.

3.6. Parcelamento da Solução de TIC

3.6.1. A possibilidade de delimitação dos serviços de contagem e aferição de pontos de função em itens distintos poderia considerar a individualização de itens de validação de itens medidos decorrentes da execução de contratos com terceiro e a atualização de linhas de base de sistemas produzidos internamente, entretanto essa configuração não traria benefícios ou vantagens nem do ponto de vista econômico, nem técnico.

3.6.2. A configuração de item único deu-se observando as convenções de mercado de tecnologia da informação, tendo como objetivo a ampliação do número de fornecedores aptos para a prestação de serviços e, consequentemente, aumento da competitividade.

3.6.3. O parcelamento mencionado no subitem 3.6.1 destoaria das práticas usuais de mercado e poderia resultar no pagamento de produtos intermediários, trazendo riscos e custos de gestão desnecessários para a contratação.

3.7. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.7.1. São resultados esperados para a presente contratação:

- 3.7.1.1. Validação de métricas de mensuração de sistemas e soluções para adequado ressarcimento à manutenção e desenvolvimento de sistemas da ANAC;
- 3.7.1.2. Disponibilidade de profissionais certificados em quantidades apropriadas para proceder a validação de mensuração de soluções de TI;
- 3.7.1.3. Assegurar que as mensurações das demandas serão efetuadas de acordo com as normas vigentes em conformidade com o Manual de Práticas de Contagem (*Counting Practices Manual* - CPM), versão 4.3.1 ou superior, publicado pelo IFPUG (*International Function Point Users Group*), acrescido do Roteiro de Métricas de

Software do SISP, versão 2.3 ou superior.

- 3.7.1.4. Aumento na segurança e confiabilidade para remuneração dos serviços prestados pela fábrica de software;
- 3.7.1.5. Maior precisão nas contagens de pontos de função dos contratos de desenvolvimento, resultando em economia;
- 3.7.1.6. Aumento de capacidade e escalabilidade na prestação deste tipo de serviço, com maior agilidade na execução das tarefas, já que as contagens serão realizadas por empresa experiente e com *expertise* no ramo de mercado;
- 3.7.1.7. Melhor eficiência na alocação dos recursos, uma vez que só serão pagos os serviços efetivamente executados e aceitos;
- 3.7.1.8. Redução do risco e fraudes em contagens e aferições de pontos de função;
- 3.7.1.9. Permitir a atualização dinâmica das linhas de base dos sistemas mensurados em ponto de função;
- 3.7.1.10. Manter os servidores da área de Sistemas de Informações da STI dedicados à atividades de gestão e planejamento.

4. **ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Requisitos de Negócio**

- 4.1.1. Validar métricas de contagem de pontos de função pela aferição e validação dos quantitativos de pontos de função relativos aos serviços demandados através de contratos relacionados ao desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas de informação da ANAC.
- 4.1.2. Prover serviços de mensuração de sistemas por profissionais certificados e em quantidades apropriadas.
- 4.1.3. Realizar contagem de tamanho funcional de sistemas de informação para que seja estabelecida linha da base das aplicações.
- 4.1.4. Apoiar a resolução de eventuais divergências de contagens oriundas do processo de aferição.
- 4.1.5. Esclarecer dúvidas relacionadas às aferições realizadas.
- 4.1.6. A contratada deverá manter a aderência aos padrões, diretrizes, metodologia e estrutura tecnológica adotados pela contratante.
- 4.1.7. A contratada deverá demonstrar agilidade no atendimento às demandas, mesmo que haja flutuações sazonais na quantidade de ordens de serviço e quantitativos de pontos de função.
- 4.1.8. A contratada deverá manter seus funcionários capacitados e treinados para os padrões, ferramentas e processos utilizados no ambiente da contratante.
- 4.1.9. Dar suporte a aplicação de novas técnicas para medição de sistemas.
- 4.1.10. Realizar prospecções e melhorias de processos relacionados ao objeto contratado.

4.2. **Requisitos de Capacitação**

- 4.2.1. Caso a empresa utilize um software para gerenciar as contagens realizadas deverá realizar capacitação de sua equipe de funcionários nas soluções utilizadas na execução dos serviços, sem custo adicional.
- 4.2.2. A contratada deverá providenciar treinamento de seus funcionários no que diz respeito à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a ser comprovado previamente ao cadastramento do colaborador junto à contratante, destinada a garantir que os envolvidos entendam suas responsabilidades e os procedimentos de proteção de dados pessoais.

4.3. **Requisitos Legais**

- 4.3.1. [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 4.3.2. [Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000](#) – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- 4.3.3. [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#) – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

- 4.3.4. [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
- 4.3.5. [Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010](#) - Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.3.6. [Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010](#) – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.
- 4.3.7. [Portaria MP/STI nº 20/2016, de 14 de junho de 2016](#) - Dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 4.3.8. [Anexo à Portaria MP/STI nº 20/2016, de 14 de junho de 2016](#) - Boas práticas, Orientações e Vedações para contratação de software e de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas (Fábrica de Software).
- 4.3.9. [Portaria MP/STI nº 04/2017, de 6 de março de 2017](#) - Dispõe sobre recomendações técnicas para mensuração de software ou de resultados de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF.
- 4.3.10. [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017](#) - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.3.11. [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 4.3.12. [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#) - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- 4.3.13. [Instrução Normativa ANAC nº 128, de 6 de novembro de 2018](#) e suas alterações - Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações - PoSIC no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.
- 4.3.14. [Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018](#) - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.
- 4.3.15. [Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019](#) - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.
- 4.3.16. [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019](#) - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- 4.3.17. [Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020](#) - Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.
- 4.3.18. [Resolução ANAC nº 569, de 25 de junho de 2020](#) - Aprova o Código de Ética e Conduta dos Agentes Públicos da ANAC.
- 4.3.19. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- 4.3.20. [Instrução Normativa ANAC nº 172, de 2 de agosto de 2021](#) - Aprova a Política de Proteção de Dados Pessoais - PoPD no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.
- 4.3.21. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis \(AGU\), de agosto de 2021](#).

4.4. **Requisitos Temporais**

4.4.1. Os primeiros 30 (trinta) dias corridos contados após o início da vigência do contrato serão considerados como período de adaptação e ajustes, durante o qual a contratada deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários no dimensionamento e qualificação das equipes, adequação de processos internos e outras transições necessárias, de modo a assegurar a execução satisfatória dos serviços, não sendo aplicados os indicadores de Níveis Mínimos de Serviços para as ordens de serviço concluídas durante esse período, desde que a contratada comprovadamente demonstre que os trabalhos de execução das demandas estão em andamento, com a entrega dos produtos e artefatos esperados.

4.4.2. A contratada estará sujeita ao cumprimento de diferentes categorias de prazos para conclusão das demandas, de acordo com o tamanho funcional, conforme descrito na "Tabela 4 - Prazos Máximos de Atendimento" do item 6.1.27; o descumprimento sujeitará a contratada a glosas no faturamento de acordo com os Níveis Mínimos de Serviço no item 7.4 deste documento.

4.4.3. Todas as atividades de mensuração deverão ser concluídas dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento.

4.4.4. Eventual interrupção na execução dos serviços não interrompe a contagem dos prazos de execução contratual, salvo por motivo formalmente justificado pela contratada e aceito pela contratante.

4.5. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.5.1. Os produtos gerados através da execução contratual, bem como todas as documentações, deverão ser entregues em idioma Português do Brasil (pt-BR), com exceção de termos técnicos usuais que poderão ser apresentados em língua estrangeira e de termos presentes nos artefatos submetidos a contagem que estejam em outros idiomas suportados pelos sistemas abrangidos no contexto da contratação;

4.5.2. Todos os produtos decorrentes da execução contratual deverão ser gerados, entregues e mantidos preferencialmente em formato digital, sendo aceitas cópias impressas de artefatos somente em casos excepcionais;

4.5.3. A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, de 1º de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia);

4.5.4. A contratada deverá cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

4.5.5. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços que forem prestados nas dependências da CONTRATANTE bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.5.6. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços que forem prestados nas dependências da CONTRATANTE bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.6. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.6.1. Todos os recursos de infraestrutura, de hardware e software, assim como quaisquer outros necessários à execução dos serviços, como, por exemplo, de telecomunicações ou de dados, são de inteira responsabilidade da contratada, incluindo-se a interconexão segura (VPN e IPSEC) com a rede de informática, segundo as regras e políticas da ANAC.

4.6.2. Todos os custos relacionados a contratação de link de comunicação de capacidade adequada de tráfego de informações deverão estar contemplados no valor dos serviços ofertados pela contratada.

4.6.3. A contratada deverá garantir compatibilidade de seu ambiente com os ambientes da ANAC, inclusive quanto às versões de software .

4.6.4. O acesso da contratante à rede da contratada será realizada por meio de conexão VPN IPSEC "site to site". As configurações de acesso remoto serão fornecidas pela contratante à contratada durante a reunião inicial realizada após a assinatura do contrato.

4.6.5. Os softwares servidores são de aquisição da ANAC, tais como servidores de aplicação e banco de dados e os softwares com interface cliente são de responsabilidade de fornecimento pela contratada.

4.6.6. A adequada configuração dos ativos indicados no subitem anterior é de responsabilidade da contratada.

4.6.7. Eventuais mudanças ou atualizações tecnológicas realizadas no ambiente da contratante deverão ser providenciadas pela contratada em seu ambiente interno em até 30 (trinta) dias corridos a contar da notificação formal da ANAC.

4.7. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.7.1. A contratada deverá disponibilizar, nas ferramentas definidas pela ANAC, todos os produtos entregáveis resultantes da execução dos serviços.

- 4.7.2. A contratada deverá realizar as medições conforme especificações da ordem de serviço, em pontos de função não ajustados.
- 4.7.3. A demonstração de todas as contagens de pontos de função realizadas deverá ser feita por meio de planilhas padronizadas pela ANAC, conforme ANEXO III.
- 4.7.4. A evolução das aplicações, entrada em produção de novas aplicações ou mudanças de requisitos dos usuários podem representar alteração nas fronteiras das aplicações. Uma nova definição de fronteiras somente será utilizada nas contagens de ordens de serviço abertas após a sua disponibilização para a contratada.

4.8. **Requisitos de Implantação**

- 4.8.1. Caso a empresa possua um software para gerenciar as contagens realizadas deverá implantar sem ônus para a ANAC, incluindo treinamento de pessoal. Nesse caso, a ferramenta deve ser disponibilizada aos colaboradores da contratada em condições, prazos e quantidades que permitam a execução das demandas de mensuração da ANAC em atendimento aos níveis mínimos de serviços exigidos.

4.9. **Requisitos de Garantia e Manutenção**

- 4.9.1. A contratada garantirá a disponibilização dos serviços durante toda a vigência do Contrato. Nesse período, a contratada se obriga a corrigir quaisquer defeitos nos artefatos obrigatórios entregues e serviços executados. Os defeitos compreendem, mas não se limitam, a imperfeições percebidas nos serviços contratados, ausência de artefatos obrigatórios e qualquer outra ocorrência que impeça o andamento normal dos serviços contratados.

- 4.9.2. Caso uma solução apresentada e/ou artefato, referente ao um serviço contratado, sejam alterados pela contratante ou por empresa por ela designada, a garantia cessará apenas para estes produtos, e apenas quando relacionada aos artefatos atingidos pela modificação.

- 4.9.3. Aceitação dos serviços executados na ordem de serviço não exclui a possibilidade de novas revisões posteriores nos artefatos entregues. Se for detectado algum problema depois que a ordem de serviço foi aceita a garantia será exigida.

- 4.9.4. Poderão ocorrer recontagens sobre aferições já realizadas, decorrentes da apresentação de novas evidências de contagem ou por realização de auditoria interna, que justifiquem a revisão dos elementos da aferição correspondente, resguardado o prazo máximo de 12 (doze) meses decorridos desde o recebimento definitivo dos serviços.

- 4.9.5. Caso haja recontagens na forma do item anterior, as mesmas ocorrerão em garantia sem ônus adicional para a contratante, seja financeiro ou de atraso na prestação de outro(s) serviço.

- 4.9.6. A contratada deverá prover, ainda, garantia aos serviços prestados por 90 (noventa) dias corridos após a data de término da vigência do contrato, a todos os produtos entregues e que ainda se encontram em garantia - observando o limite de 12 (doze) meses de garantia total contados do aceite definitivo dos serviços - ainda que a conclusão do serviço extrapole esse período.

- 4.9.7. Durante o prazo do item anterior, a contratada deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail ou sistema disponibilizado para registro das não conformidades encontradas para abertura de chamados técnicos de correção que contemplam a identificação de pontos falhos ou erros nos serviços prestados ou nos artefatos entregues, destinados a solucionar definitivamente os problemas apresentados.

- 4.9.8. A contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da abertura do chamado para a solução definitiva do problema.

- 4.9.9. As correções deverão ser documentadas e encaminhadas à contratante.

4.10. **Requisitos de Experiência Profissional**

- 4.10.1. Os serviços de contagem de tamanho funcional de softwares devem ser executados por profissionais com Certificação em Análise de Pontos de Função (*Certified Function Point Specialist*), do *International Function Point Users Group* – IFPUG, vigente e válida na data da contagem a fim de garantir a qualidade técnica e atestar a aderência da contagem às normas vigentes.

- 4.10.2. A contratada deverá alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para a execução dos serviços contratados, conforme perfil e qualificação descritos no quadro abaixo:

Tabela 3 - Qualificação Profissional Exigida

| Profissional | Analista de Métricas |
|--------------|--|
| Certificação | a) Curso superior completo na área de Tecnologia |

| | |
|--|---|
| | da Informação, ou em outra área com especialização (mínimo de 360h) em Tecnologia da Informação, reconhecidos pelo Ministério da Educação; b) Certificação " <i>Certified Function Point Specialist</i> (CFPS)" emitida pelo IFPUG - <i>International Function Point Users Group</i> , vigente e válida. |
|--|---|

4.10.3. A comprovação da qualificação profissional pela contratada deverá ocorrer previamente à execução dos serviços objeto do contrato, por meio de submissão de documentação comprobatória à equipe de fiscalização da contratante. A não observância deste requisito poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

4.10.4. A comprovação da qualificação dar-se-á por meio de diplomas, certificados e atestados de entidade idônea em nome do profissional.

4.10.5. Os profissionais alocados para a execução dos serviços de mensuração deverão ser previamente credenciados junto à contratante, através do envio pela contratada do "Termo de Credenciamento" (ANEXO IV), para que os profissionais tenham acesso ao sistema de gestão de demandas da ANAC.

4.10.6. A contratada deverá observar o disposto no Código de Ética e Conduta dos Agentes Públicos da ANAC, aprovado pela Resolução nº 569, de 25 de junho de 2020 e no Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, que veda o nepotismo na Administração Pública Federal, e providenciar o envio à contratante do "Termo de Adesão ao Código de Ética e Conduta da ANAC" (ANEXO V) e da "Declaração de Parentesco" (ANEXO VI), previamente ao início das atividades do colaborador.

4.10.7. Todos os aspectos de recrutamento, seleção, avaliação de conhecimentos e habilidades, contratação e gestão de pessoas envolvidas na prestação de serviços são encargos exclusivos da contratada.

4.10.8. É responsabilidade da contratada dimensionar, gerenciar e definir seus recursos humanos pra atender aos serviços especificados neste Termo de Referência.

4.11. **Requisitos de Formação da Equipe**

4.11.1. Caso a empresa possua um software para gerenciar as contagens realizadas deverá contar com profissionais habilitados na operação da respectiva plataforma de contagens, sem ônus para a ANAC.

4.12. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.12.1. Os serviços de contagem de pontos de função deverão ser executados seguindo as normas do IFPUG, comprovadamente executados para a Administração Pública.

4.12.2. As contagens detalhadas do tamanho funcional de softwares em pontos de função serão realizadas conforme as regras estabelecidas no Manual de Práticas de Contagem (*Counting Practices Manual* - CPM), versão 4.3.1 ou superior, publicado pelo IFPUG (*International Function Point Users Group*), acrescido do Roteiro de Métricas de Software do SISP, versão 2.3 ou superior.

4.12.3. O processo de contagem utilizado pela contratada deve estar em conformidade com a "Documento de Diretrizes de Métricas da ANAC", versão 2.1 ou superior (ANEXO VII).

4.12.4. A contratante se reserva o direito de atualizar o "Documento de Diretrizes de Métricas da ANAC" a qualquer tempo, comunicando a contratada sobre a alteração correspondente. A contratada terá até 30 (trinta) dias corridos a partir da data da comunicação para adequar seus procedimentos e produtos.

4.12.5. A contratada deverá comunicar imediatamente a contratante as eventuais necessidades de atualização do "Documento de Diretrizes de Métricas da ANAC".

4.12.6. Para os casos não previstos no "Documento de Diretrizes e Métricas da ANAC", será usada a versão mais recente do "Roteiro de Métricas do SISP".

4.12.7. A utilização de novas versões do Roteiro de Métricas do SISP, do CPM do IFPUG e do "Documento de Diretrizes de Métricas da ANAC" ficará a critério da contratante.

4.12.8. Os serviços de mensuração de tamanho funcional consistem em:

- 4.12.8.1. Identificar e analisar as funcionalidades implementadas nos sistemas, funções de dados e funções transacionais, previstas na técnica de Análise de Pontos de Função (APF);
- 4.12.8.2. Atribuir o grau de complexidade para cada função de dados ou função transacional identificada;
- 4.12.8.3. Atribuir a quantidade de pontos de função prevista na técnica de Análise de Pontos de Função;
- 4.12.8.4. Identificar e considerar os itens não mensuráveis segundo o Roteiro de Métricas do SISP em sua versão mais atual;
- 4.12.8.5. Realizar a contagem de pontos de função por decorrência de alterações de escopo, quando for o caso;
- 4.12.8.6. Concluir a contagem de pontos de função do serviço, identificando o tamanho funcional do serviço e a quantidade de pontos de função para base de cálculo da remuneração;
- 4.12.8.7. Realizar e manter atualizada a contagem de pontos de função das aplicações (base instalada);
- 4.12.8.8. Validar e/ou auditar contagens de pontos de função realizadas pela contratada que executa desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas da ANAC;
- 4.12.8.9. Elaborar relatórios das contagens de pontos de função realizadas que auxiliem a contratante no processo de gestão dos serviços e projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas; e
- 4.12.8.10. Apoiar a contratante, no que couber, no registro, atualização, classificação e geração de relatórios sobre as informações de mensuração de soluções de software nas contagens e validações de contagens realizadas.

4.12.9. Todas as contagens deverão ser assinadas por profissional certificado CFPS ((*Certified Function Point Specialist*), do *International Function Point Users Group* – IFPUG, com certificação vigente e válida.

4.12.10. Para efeitos dessa contratação, será utilizado o ponto de função não ajustado.

4.13. **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.13.1. Os requisitos de segurança da informação a serem observados na execução dos serviços de mensuração de sistemas deverão observar as políticas, os padrões, as arquiteturas, os métodos, as técnicas e as regras de negócio previamente estabelecidas pela ANAC, observando, ainda, a IN ANAC nº 128, de 6 de novembro de 2018, alterada pela IN ANAC nº 145, de 16 de setembro de 2019 e pela IN ANAC nº 173, de 30 de agosto de 2021.

4.13.2. A contratada deverá possuir nas suas instalações, onde as atividades serão executadas de modo remoto, processos, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar perda ou vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como firewall, IPS e sistemas antivírus de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato e/ou contratante está exposta.

4.13.3. A contratada deverá manter controles específicos para registro de eventos e rastreabilidade de forma a manter a trilha de auditoria de segurança da informação e privacidade, aderente a disposto em dispositivo legal publicado pelo GSI/PR, de forma a assegurar a rastreabilidade das ações de usuário por meio de logs de transações e de acesso aos sistemas, conforme especificação de requisitos, e gerá-los e disponibilizá-los à contratante para fins de auditorias e inspeções, sempre que solicitada.

4.13.4. A contratada deverá implementar medidas de controles específicos para registro das atividades dos administradores e operadores dos sistemas relacionados ao objeto do contrato, de forma que esses não tenham permissão de exclusão ou desativação dos registros (logs) de suas próprias atividades

4.13.5. A presente contratação deverá, ainda, observar as normas e boas práticas do Governo Federal referentes à segurança da informação, a exemplo da Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020 e suas normas complementares.

4.13.6. A contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da contratante ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, independente de classificação de sigilo conferida pela contratante a tais documentos, respondendo igualmente pelos atos e omissões de seus prepostos e funcionários.

4.13.7. A contratada não poderá, sob qualquer pretexto, reproduzir, utilizar ou divulgar a terceiros nenhum tipo de apresentação, documentação, código ou demais artefatos resultantes da execução do presente contrato sem prévia autorização da contratante, mesmo após o término da vigência contratual.

4.13.8. A contratada deverá providenciar treinamento de seus funcionários no que diz respeito à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a ser comprovado previamente ao cadastramento do colaborador junto à contratante, destinada a garantir que os envolvidos entendam suas responsabilidades e os

procedimentos de proteção de dados pessoais.

4.13.9. A contratante poderá realizar diligências a quaisquer instalações da contratada para auditar aspectos de interesse da prestação de serviços, a qualquer momento dentro da vigência contratual.

4.13.10. Para efeito do cumprimento das condições de propriedade e confidencialidade aqui estabelecidas, a contratada assinará, por meio de seu representante legal, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade e o Termo de Ciência, a ser assinado por todos os seus empregados, colaboradores ou prestadores de serviço que estejam diretamente envolvidos na contratação. Tais documentos encontram-se nos ANEXOS I e II deste Termo de Referência e deverão ser entregues à contratante após a assinatura do contrato ou na reunião inicial.

4.13.11. A contratada deverá cumprir o conjunto de mecanismos e procedimentos estabelecidos nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como o ter conhecimento e adequar-se, no que couber, à Instrução Normativa ANAC nº 172, de 02 de agosto de 2021, no que tange aos procedimentos de proteção de dados pessoais.

4.13.12. A contratada responderá pelo não cumprimento, por quaisquer de seus empregados, das normas e procedimentos de segurança da informação instituídos pela contratante, bem como divulgação e/ou utilização indevida de dados em desacordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.13.13. A contratada deverá possuir um processo de gestão de incidentes que contemple o reporte imediato à contratante incidentes que envolvam vazamento de dados a partir das atividades objeto desta contratação.

4.13.14. A contratada deverá informar de imediato à contratante a ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário credenciado junto à ANAC para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da contratante, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

4.13.15. A contratada fica responsável por não manter, em suas dependências, dados e informações gerados durante a execução contratual do presente objeto após o término de todas as obrigações contratuais.

4.14. **Requisitos de Propriedade Intelectual**

4.14.1. Todos os artefatos, dados e demais resultados produzidos pela contratada, decorrentes da execução contratual, deverão ser entregues à contratante, que terá o direito de propriedade e direito autoral irrestrito sobre eles, senda vedada a comercialização por parte da contratada.

4.14.2. É de responsabilidade exclusiva da contratada a aquisição de software de apoio aos serviços prestados, se for o caso, não havendo qualquer responsabilidade da contratante com respeito aos direitos de propriedade, inclusive os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

5. **RESPONSABILIDADES**

5.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de ordem de serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, em tempo hábil, com relação ao objeto desta contratação;
- g) Notificar a contratada por escrito, por meio de ofício ou e-mail institucional, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- h) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

- i) Notificar a contratada, com antecedência de 30 (trinta) dias, para que a mesma possa se adequar a manter os níveis de serviços, nos casos em que houver a alteração das tecnologias ou metodologias utilizadas pela contratante, ficando a critério da contratante a decisão sobre as tecnologias e metodologias mais adequadas à prestação de serviços;
- j) Permitir o acesso dos representantes e dos recursos técnicos da contratada nas instalações da ANAC, sempre que necessário, desde que devidamente identificados e respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;
- k) Criar contas de rede e configurar os respectivos perfis, de acordo com as informações dos colaboradores encaminhadas pela contratada.
- l) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- m) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- n) Viabilizar, sem ônus para a contratada, acesso seguro à rede da contratante, destinado a permitir a comunicação dos funcionários da primeira aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos necessários à execução contratual;
- o) Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual, pertencerão à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados;
- p) Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados; e
- q) Revogar e eliminar autorizações de acesso a caixas postais e aplicações concedidas à contratada e a seus colaboradores ao final do contrato e quando houver substituições na equipe que atende a ANAC.

5.2. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- a) Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato, nos termos dos itens 6.1.42 a 6.1.44 deste Termo de Referência;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- e) A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da contratante não eximirá a contratada de total responsabilidade quanto à execução dos serviços do objeto contratual;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- g) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração, inclusive com relação a eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas após o recebimento dos serviços;
- i) Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- j) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- k) Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

l) Reportar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, aos fiscais designados pela contratante, qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do contrato;

m) Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência;

n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

p) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

q) Garantir que todas as entregas efetuadas estejam compatíveis e totalmente aderentes às "Diretrizes de Métricas da ANAC" e aos padrões adotados pela contratante, devendo as exceções ser expressamente autorizadas pela contratante;

r) Garantir a continuidade dos serviços sob sua responsabilidade, evitando paralisações não planejadas e garantindo a entrega das demandas em conformidade com suas especificações e com os Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos;

s) Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião com uma equipe de técnicos da contratante para alinhamento de expectativas contratuais. A contratante fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta de reunião;

t) Prover, às suas expensas, enlace de comunicação de dados para conexão de suas instalações às da contratante, de forma a permitir o acesso dos profissionais alocados na execução dos serviços do contrato aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos providos pela contratante;

u) Apresentar comprovantes das especificações técnicas dos serviços constantes neste Termo de Referência, sempre que solicitado pela contratante;

v) Quando solicitados pela contratante, prestar os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, contadas a partir da solicitação;

w) Providenciar a imediata correção das falhas ou de funcionamento irregular observados nos serviços objeto do presente termo, sem quaisquer ônus e quando notificada pela contratante, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades;

x) Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pela contratante e as configurações de hardware e software decorrentes;

y) Acatar, nas mesmas condições ofertadas, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, as solicitações da ANAC para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias à execução do objeto licitado;

z) A ANAC terá ampla liberdade de atualizar seu ambiente computacional, segundo sua necessidade e conveniência administrativa, cabendo, nestes casos, à contratada manter a compatibilidade, evoluindo e adaptando-se à respectiva mudança, às suas expensas, sem quaisquer custos adicionais para a ANAC e dentro de prazos estipulados;

aa) Entregar o Termo de Encerramento do Contrato no término da vigência contratual, conforme ANEXO VIII;

ab) Sob pena de rescisão contratual, não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da ANAC;

ac) A contratada deverá se manifestar em até 150 (cento e cinquenta) dias antes do término da vigência do contrato, se tem o interesse ou não em prorrogar o contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. A reunião inicial, que poderá ser por vídeo chamada, deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do contrato.

6.1.2. Em consonância com a IN SGD/ME nº 01/2019, a contratante convocará, por meio dos gestores do contrato, a reunião inicial, com a presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto(s), e dos fiscais nomeados para fiscalização do contrato;

6.1.3. A pauta da reunião observará no mínimo:

6.1.3.1. O envio pela contratada de documentação que formaliza a indicação do(s) preposto(s);

6.1.3.2. A definição de data de início da prestação dos serviços, preferencialmente no primeiro dia útil após o início da vigência do contrato;

6.1.3.3. Assinatura pela contratada do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e Termos de Ciência, na forma eletrônica;

6.1.3.4. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato;

6.1.3.5. Esclarecimentos relacionados ao regime de trabalho, preferencialmente remoto, e ao funcionamento da ANAC, tais como: horário de trabalho, formas de acesso dos colaboradores da contratada aos sistemas da ANAC e às dependências físicas da contratante em caso de reuniões presenciais e local disponível para a equipe da contratada, se houver necessidade de execução presencial dos serviços;

6.1.3.6. Repasse de conhecimento necessário à contratada para a perfeita execução dos serviços;

6.1.3.7. Orientação à contratada sobre procedimento para obter acesso ao "Sistema Eletrônico de Informações - SEI" da ANAC, para fins de assinatura e envio eletrônico de documentos;

6.1.4. Será lavrada ata da reunião inicial pelo fiscal administrativo do contrato a ser aprovada e assinada eletronicamente por todos os participantes.

6.1.5. A ordem de serviço é o instrumento formal pelo qual a contratante encaminha a demanda de serviço para a contratada.

6.1.6. Os serviços do objeto serão demandados por meio de ordens de serviço (OS) emitidas pela contratante e encaminhadas ao Preposto Técnico da contratada por meio de sistema de gerenciamento de ordens de serviço mantido pela contratante.

6.1.7. Integrantes do quadro da contratante serão responsáveis por demandar ordens de serviço específicas, pelos quais os serviços serão iniciados, executados, entregues e avaliados. Visando a desburocratização dos serviços, a contratante poderá, a seu critério, sob sua supervisão e de maneira restrita, delegar a abertura de ordens de serviço.

6.1.8. A contratada fica obrigada a manter operação detalhada do sistema de gestão de demandas, conforme orientações fornecidas pela contratante ao longo da execução do serviço.

6.1.9. Os artefatos e produtos gerados pelo serviço deverão atender a critérios de formato e qualidade necessários para sua validação e aceitação, definidos neste Termo de Referência, na "Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas da ANAC (MDMS)" vigente (ANEXO IX), no "Documento de Diretrizes de Métricas da ANAC", versão 2.1 ou superior, e eventualmente complementados por outros critérios presentes na ordem de serviço.

6.1.10. A ordem de serviço será aberta com o tamanho funcional da solução de software baseado em uma contagem inicial, que pode ser da ANAC ou de terceiro.

6.1.11. Caso não exista contagem inicial, a ordem de serviço será aberta com valor correspondente a 20 (vinte) pontos de função para fazer jus à contagem.

6.1.12. A ordem de serviço poderá ser replanejada a qualquer momento por solicitação formal e comum acordo entre as partes, e a alteração deverá ser registrada junto à ordem de serviço no sistema de gestão de demandas, para fins de manutenção de histórico.

6.1.13. A alteração, suspensão ou cancelamento da ordem de serviço ocorrido até o início de execução dos serviços não resultará em custo para a contratante.

6.1.14. A ANAC arcará com os custos da contratada relativos ao serviço concluído e aceito até o momento da solicitação da suspensão ou cancelamento da ordem de serviço, caso já tenha sido iniciada a execução da demanda, desde que a suspensão ou cancelamento não tenha ocorrido por culpa exclusiva da contratada.

6.1.15. A ANAC poderá cancelar também o serviço solicitado que teve a entrega rejeitada por falta de qualidade, inobservância dos padrões estabelecidos ou descumprimento do prazo necessário. Nesse caso, a execução dos serviços não implicará em custos para a contratante.

6.1.16. A contratada deverá comunicar formalmente à ANAC quaisquer fatores que possam afetar a execução do serviço impactando os prazos ou a qualidade do produto a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pela contratante, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério da ANAC, implicar a não aceitação das justificativas.

6.1.17. A cada ordem de serviço finalizada, a contratada deverá entregar a "Planilha de Contagem de Pontos de Função" (ANEXO III) gerada ao longo da execução, bem como relatório detalhado das divergências encontradas, quando ocorrer, ou relatório atestando que a demanda validada foi mensurada corretamente.

6.1.18. A contratada ficará obrigada, ao término de cada ordem de serviço, a repassar todos os resultados gerados no contexto da sua execução, seja por meio de entrega de relatórios, estudos, atualização da base de dados de contagens, entre outros.

6.1.19. A contratada deve armazenar os artefatos de acordo com a estrutura de diretórios definida pela contratante e conforme as práticas e políticas de configuração da contratante.

6.1.20. A ordem de serviço será considerada concluída quando o produto e correspondente documentação, quando aplicável, forem entregues e homologados pela ANAC.

6.1.21. As comunicações de rotina entre contratante e contratada poderão ocorrer através de ofício, mensagens de correio eletrônico (e-mail corporativo), *chat* corporativo ou outro meio resolvido de comum acordo entre as partes.

6.1.22. Na impossibilidade momentânea de uso do sistema de gerenciamento de ordens de serviço, as OS serão submetidas ao Preposto Técnico da contratada por e-mail ou outro meio hábil, sendo registradas no sistema tão logo volte a estar disponível. Neste caso, será utilizado o modelo contido no ANEXO X - "Ordem de Serviço".

6.1.23. A contratante poderá analisar e manifestar-se quanto à proposição, pela contratada, do uso de ferramentas diferentes das padronizadas para gestão de demandas, destinadas a garantir melhor desempenho na prestação dos serviços contratados, desde que seja possível compatibilizá-las às ferramentas padronizadas sem perda de informações necessárias à gestão do contrato.

6.1.24. As aferições de contagem deverão seguir o seguinte processo:

6.1.24.1. Antes de avaliar a contagem realizada pela fábrica de software, contratada fará a contagem detalhada a partir da documentação, da classificação e do escopo definidos no ordem de serviço;

6.1.24.2. Em seguida, a contratada analisará a contagem realizada pela fábrica de software, a qual também estará registrada na ferramenta de gestão de demandas. Caso a aferidora identifique divergências, estas devem ser detalhadas e enviadas por meio do sistema de gestão de demandas;

6.1.24.3. O tratamento das divergências encontradas entre as contagens realizadas pela contratada e a contratante ou fábrica de software seguirá as diretrizes do "Documento de Diretrizes de Métricas da ANAC" e da "Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas da ANAC (MDMS)";

6.1.24.4. A contratada poderá ser convocada para participar de reuniões de consenso quando houver divergências nas validações de contagens executadas pela contratada e a ANAC ou terceiro, sem custo adicional à contratante.

6.1.25. Na ocasião de eventuais deficiências de documentação de sistemas, a contratada deverá buscar proativamente os meios necessários para a correta interpretação dos requisitos e realização das contagens, seja por intermédio de entrevistas com as áreas de negócio, simulação de uso dos sistemas, dentre outros recursos que julgar necessário. A renúncia aos prazos e níveis de serviços previsto neste Termo de Referência só será concedida quando a contratada comprovar a impossibilidade de prosseguir com a execução do serviço demandado.

6.1.26. A qualquer momento durante a vigência do contrato, a contratante poderá realizar auditoria sobre as contagens e aferições realizadas pela contratada. Em caso de indícios de má fé ou negligência quanto ao serviço realizado, poderão ser aplicadas as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis conforme legislação vigente.

6.1.27. Os prazos de execução dos serviços serão determinados em dias úteis, conforme a tabela a seguir:

Tabela 4 - Prazos Máximos de Atendimento

| Tamanho da OS em Pontos de Função | Para máximo para conclusão (em dias úteis) |
|-----------------------------------|--|
| 1 - 15 | 3 |
| 16 - 50 | 4 |
| 51 - 100 | 5 |
| 101 - 300 | 6 |
| 301 - 600 | 7 |

| | |
|--------------|----|
| 601- 700 | 8 |
| Acima de 700 | 10 |

6.1.28. O tamanho da ordem de serviço é a quantidade de pontos de função contada ou aferida. Os prazos serão ajustados conforme o tamanho final da OS, ou seja, no fechamento dos serviços de contagem do tamanho funcional.

6.1.29. A contratada poderá solicitar um prazo adicional quando justificada a necessidade, ficando a critério da contratante aceitar ou não as justificativas e o novo prazo apresentado pela contratada.

6.1.30. A solicitação de prazo adicional não justifica a suspensão do atendimento pela contratada e, durante o julgamento da solicitação pela contratante, ficam mantidas as condições estipuladas para o serviço.

6.1.31. A contagem do prazo de execução dos serviços da ordem de serviço inicia-se no primeiro dia útil após registro da demanda pela contratante no sistema de gestão de demandas.

6.1.32. Os prazos de atendimento para a entrega serão avaliados de acordo com os critérios detalhados no Níveis Mínimos de Serviço - NMS conforme item 7.4 deste documento, em dias úteis.

6.1.33. Os serviços eventualmente realizados para fins de cumprimento dos níveis de serviço fora do horário de expediente, ou aos sábados, domingos e feriados não implicarão em nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à contratada.

6.1.34. O conceito de dia de trabalho, para fins de apuração de níveis de serviço, se inicia às 0 horas e termina às 23 horas e 59 minutos. Isso significa, por exemplo, que uma demanda iniciada às 14 horas, e cujo prazo de resolução seja de 1 dia útil, tem até as 23 horas e 59 minutos do dia seguinte para ser concluída.

6.1.35. Os serviços serão prestados preferencialmente na modalidade de trabalho remoto, não presencial.

6.1.36. A ANAC convocará a contratada para reuniões periódicas para alinhamento a respeito da execução contratual ou por divergências na contagem.

6.1.37. A critério da contratante poderão ser adotadas tecnologias para videoconferências ou similar (voz, aplicativos de teleconferências e outros) para realizações das reuniões de trabalho.

6.1.38. No caso da contratada não poder comparecer à reunião, ela deverá comunicar à equipe de fiscalização da contratante com, no mínimo, um dia útil de antecedência por meio de e-mail.

6.1.39. Eventualmente, caso haja necessidade de reuniões presenciais ou execução de atividade do objeto contratual localmente, a contratante poderá solicitar o comparecimento de preposto/colaborador da contratada na Sede da ANAC, localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF, CEP 70.308-200. Neste caso, a contratante informará com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis à contratada sobre a necessidade e permitirá o acesso de colaborador(es) da contratada às suas instalações, nos momentos previstos para a atividade discriminada, desde que previamente identificados e autorizados pela contratada.

6.1.40. Para as atividades relacionadas no item acima, a contratante disponibilizará local adequado e os meios materiais necessários para a execução dos serviços nas dependências da contratante e, quando for o caso, serão fornecidas instalações elétricas, de rede e mobiliário básico (mesa e cadeiras). Não serão fornecidos computadores, impressoras e demais equipamentos necessários à prestação do serviço.

6.1.41. O deslocamento envolvendo prestador de serviço da contratada às instalações da contratante com fins à realização de atividades englobadas pelos serviços previstos contratualmente tais como reuniões de planejamento, entrevistas, revisões, pontos de controle, homologação de artefatos, dentre outras, não implicará em nenhuma forma de acréscimo ou majoração nos valores dos serviços, bem como nenhum tipo de pagamento correspondente a horas extras, deslocamentos ou adicionais noturnos.

6.1.42. A contratada designará um profissional para atuar como Preposto Técnico que, embora não necessite estar presente nas instalações da contratante, deverá estar disponível por canal telefônico, e-mail e demais meios eletrônicos acordados entre as partes, durante o horário comercial, exercendo as seguintes atribuições:

6.1.42.1. Fazer a gestão geral do contrato, mantendo o controle de todas as ordens de serviços, com o objetivo de garantir a execução e entrega dos produtos dentro dos prazos estabelecidos e atendendo a todos os requisitos de qualidade;

6.1.42.2. Distribuição das tarefas entre os membros da equipe da contratada;

6.1.42.3. Responder, perante a contratante, pela execução técnica das ordens de serviços;

- 6.1.42.4. Participar, sempre que solicitado, de reuniões junto à contratante para o acompanhamento das atividades referentes às ordens de serviços em execução ou outras que se façam necessárias à boa execução do contrato;
- 6.1.42.5. Levar para as reuniões periódicas de acompanhamento as situações não resolvidas em nível de gerência das ordens de serviços; e
- 6.1.42.6. Realizar a gestão cabível à contratada, quanto aos aspectos de caráter administrativo e legal do contrato.
- 6.1.43. A contratada deverá designar formalmente um substituto para o Preposto em suas ausências e/ou impedimentos, cabendo a este as mesmas atribuições e responsabilidades do titular.
- 6.1.44. Faculta-se à contratada a designação de colaborador com função de Preposto Administrativo para realizar a gestão dos aspectos administrativos do contrato; caso não haja designação para este papel, a função será exercida pelo Preposto Técnico.
- 6.1.45. O monitoramento e controle do contrato serão realizados em reunião, por videoconferência ou nas dependências da contratante, entre a equipe de fiscalização da contratante e preposto da contratada.
- 6.1.46. A participação da contratada em reuniões não resultará em remuneração adicional.
- 6.1.47. A ausência do Preposto designado pela contratada, ou seu substituto, em reunião formalmente agendada, poderá ensejar em notificação formal de descumprimento contratual, sem prejuízo de aplicação de sanções administrativas.
- 6.1.48. A empresa a ser contratada deverá comprovar que os profissionais envolvidos nos serviços fazem parte do seu quadro de pessoal em acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por meio da apresentação da Relação de Empregados (RE) obtida dos sistemas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou apresentem algum vínculo legal com a empresa a ser contratada, a ser comprovado previamente à execução de serviço pelo colaborador, e a partir de então a qualquer tempo. Também deverá comprovar (onde exigido) que esses profissionais apresentam a qualificação mínima descrita no item 4.10.2 deste documento.
- 6.1.49. O faturamento deverá ser mensal, mediante apresentação de nota fiscal emitida pela contratada, determinando o total de pontos de função aprovados pela contratante no Termo de Recebimento Definitivo e já descontadas as glosas em função do não atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço.
- 6.1.50. O pagamento dos serviços correspondentes será realizado com base na contagem final produzida em cada ordem de serviço concluída no período e será apurado por meio de faixas de valores, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 5 - Tabela de Remuneração de Tamanho Funcional

| Tamanho contado ou validado por OS (Pontos de Função) | Tamanho remunerado por OS (Pontos de Função) |
|---|--|
| 0 a 20 | Número de pontos aferidos ou contados |
| 21 a 30 | 25,5 |
| 31 a 50 | 40,5 |
| 51 a 70 | 60,5 |
| 71 a 90 | 80,5 |
| 91 a 110 | 100,5 |
| 111 a 140 | 125,5 |
| 141 a 170 | 155,5 |
| 171 a 210 | 190,5 |
| 211 a 255 | 233 |
| 256 a 300 | 278 |
| | |

| | |
|------------|-------|
| 301 a 360 | 330,5 |
| 361 a 420 | 390,5 |
| 421 a 500 | 460,5 |
| 501 a 600 | 550,5 |
| 601 a 700 | 650,5 |
| 701 a 850 | 775,5 |
| 851 a 1000 | 925,5 |

6.1.51. Para ordens de serviço acima de 1000 pontos de função, a tabela acima deverá ser continuada (inclusão de linhas) na mesma proporção (150 PF) até que seja alcançado o volume desejado.

6.1.52. Para exemplificar o exposto na "Tabela 5 - Tabela de Remuneração de Tamanho Funcional": considerando uma demanda de contagem de uma solução de software que resultou em 12 pontos de função, a quantidade de pontos de função a ser remunerada pela ordem de serviço será de 12 pontos de função, pois o valor 12 encontra-se na faixa "0 a 20" e, nessa faixa, a remuneração será pelo número de pontos de função resultante após conclusão da ordem de serviço. Entretanto, caso a demanda de uma ordem de serviço de contagem resulte em quantitativo de pontos de função de qualquer outra faixa, o valor de pontos de função a serem remunerados correspondente ao valor apresentado na coluna "Tamanho remunerado por OS (Pontos de Função)" para a respectiva faixa, na "Tabela 5 - Tabela de Remuneração de Tamanho Funcional". Por exemplo, caso a demanda resultou em 450 pontos de função, o valor de pontos de função a serem remunerados é de 460,5 pontos de função, pois o valor 450 encontra-se na faixa "421 a 500".

6.1.53. O valor total da remuneração a ser efetuada pela contratante à contratada é o resultado do somatório dos valores apurados a partir da "Tabela 5 - Tabela de Remuneração de Tamanho Funcional" para remuneração para cada ordem de serviço concluída e aceita no intervalo de tempo do período fiscalizado, descontadas as glosas resultantes de descumprimento dos níveis mínimos de serviços em observância ao item 7.4 deste documento.

Tabela 6 - Apuração do valor a ser remunerado à Contratada

$$V \text{ Inicial } OS_n = (Quantidade \text{ Apurada}_n) * (PF \text{ unit})$$

$$V \text{ Final } OS_n = (V \text{ Inicial } OS_n) - Glosa \text{ (IAE) } OS_n - Glosa \text{ (IQE) } OS_n$$

$$Valor \text{ Total Mensal} = \sum_{k=1}^N V \text{ Final } OS_n$$

Onde:

V Inicial OS_n = Valor da OS concluída no período de faturamento previamente à aplicação dos níveis mínimos de serviços (R\$).

Quantidade Apurada_n = Quantidade apurada de pontos de função da ordem de serviço "n", de acordo com a Tabela 5.

PF unit = Preço unitário do ponto de função na data de abertura da respectiva OS (R\$).

V Final OS_n = Valor final a pagar pela ordem de serviço "n" (R\$).

Glosa (IAE) OS_n = Glosa a ser aplicada por descumprimento dos níveis mínimos de serviços sobre a ordem de serviço "n", considerando o indicador IAE (R\$).

Glosa (IQE) OS_n = Glosa a ser aplicada por descumprimento dos níveis mínimos de serviços sobre a ordem de serviço "n", considerando o indicador IQE (R\$).

- 6.1.54. Todos os cálculos dos valores de ordens de serviços, de glosas decorrentes de descumprimento dos níveis mínimos de serviços e valor final a pagar serão calculados com 2 (duas) casas decimais sem arredondamento, podendo este mecanismo ser modificado a critério da ANAC.
- 6.1.55. Para fins de avaliação do cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos no presente instrumento, a contratada entregará, no prazo de até 10 (dez) dias do adimplemento da parcela, o Relatório Técnico Consolidado, contendo todas as ordens de serviços concluídas e aceitas pela contratante no período, indicando os respectivos níveis de serviço alcançados.
- 6.1.56. Os serviços relativos à coleta de dados, geração e análise de indicadores que subsidiam o Relatório Técnico Consolidado serão realizados pela contratada e considerados inerentes ao processo de contagem e implicitamente inclusos na medição de pontos de função e não serão remunerados separadamente.
- 6.1.57. A contratada se compromete - em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei Federal nº 8.666/93 - a participar de atividades de transição contratual e a transferir para a contratante e/ou empresa por esta indicada todo o conhecimento gerado na execução do(s) serviço(s), incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados.
- 6.1.58. O Plano de Transição Contratual deverá ser elaborado pela contratada em até no mínimo 90 (noventa) dias antes do encerramento contratual, e sua execução deverá encerrar-se 20 (vinte) dias antes do término do contrato, mantida a execução contratual até o término do contrato.
- 6.1.59. O Plano de Transição Contratual deverá contemplar todas as atividades necessárias para transição de conhecimento, documentação e serviços, sem interrupção ou efeito adverso e será endereçada à ANAC ou a terceiro por ela designada.
- 6.1.60. O Plano de Transição Contratual, cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pela ANAC antes do início da execução.
- 6.1.61. A elaboração e execução do Plano de Transição Contratual deverão ocorrer sem ônus adicionais à contratante e sem prejuízo ao atendimento das ordens de serviço demandadas pela ANAC.
- 6.1.62. A contratada está sujeita à sanção caso não promova adequadamente a transferência de conhecimento ou se seus representantes e/ou funcionários não cooperem, ou retenham qualquer informação ou dado solicitado pela ANAC que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços.
- 6.2. **Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**
- 6.2.1. Não há previsão de consumo mínimo.
- 6.2.2. As demandas serão abertas ao longo do período de vigência da contrato conforme necessidade da contratante.
- 6.3. **Mecanismos formais de comunicação**
- 6.3.1. As comunicações entre a contratante e a contratada ocorrerão preferencialmente através de ferramenta de gestão de demandas da contratante, por meio de registro no sistema.
- 6.3.2. As demais comunicações de rotina entre contratante e contratada poderão ocorrer por meio de ofício, correio eletrônico (e-mail corporativo), chat corporativo ou outro meio resolvido de comum acordo entre as partes.
- 6.4. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**
- 6.4.1. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo contratante a tais documentos.
- 6.4.2. O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.
7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. As atividades de mensuração de tamanho funcional de software serão demandadas mediante expedição de ordem de serviço incluída pela contratante em ferramenta de gestão de demandas ou, em caso de indisponibilidade temporária desse sistema, mediante emissão e envio à contratada do ANEXO X.

7.1.1. Os serviços prestados serão acompanhados e fiscalizados por servidores designados pela contratante, com qualificação técnica compatível com o objeto em questão e que atestarão o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais, inclusive quanto à qualidade dos produtos gerados ao longo da contratação, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, além de atestar as faturas apresentadas pela contratada, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

7.1.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto aos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. Critérios de Aceitação

7.2.1. O principal instrumento para avaliação da qualidade dos produtos e serviços entregues será o estabelecimento de Níveis Mínimos de Serviço - NMS entre a contratante e contratante.

7.2.2. A contratante irá monitorar e medir os Níveis Mínimos de Serviço e garantir que sejam mantidos com base nos parâmetros que orientam a medição para o serviço contratado, tais como manutenção da qualidade e dos prazos acordados.

7.2.3. Para fins de avaliação do cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos no presente instrumento, a contratada entregará, no prazo de até 10 (dez) dias do adimplemento da parcela, o Relatório Técnico Consolidado, contendo todas as ordens de serviços concluídas e aceitas pela contratante no período, indicando os respectivos níveis de serviço alcançados.

7.2.4. A apuração dos Níveis Mínimos de Serviço será baseada nos dados registrados no sistema de gestão de demandas da contratante, cujo acesso deverá ser fornecido à contratada, restrito àquilo que for pertinente para execução contratual.

7.2.5. A entrega de serviços com nível inferior ao mínimo estabelecido constitui inexecução parcial, ensejando glosa dos valores informados no Relatório Técnico Consolidado, que será refletida no faturamento das ordens de serviço glosadas.

7.2.6. O recebimento provisório dos serviços será realizado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, pelo fiscal técnico, após a entrega da documentação acima.

7.2.7. A contratante realizará inspeção de todos os serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos e na proposta comercial, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2.9. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a contratante notificará a contratada para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento.

7.2.10. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução empregada, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no relatório da fiscalização técnica.

7.2.11. Para efeito de recebimento definitivo, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico e fiscal requisitante do contrato irão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório de fiscalização.

7.2.12. Caberá ao fiscal administrativo do contrato a manifestação quanto à aderência aos termos contratuais, a qual subsidiará o recebimento definitivo dos serviços prestados pela contratada no período analisado.

7.2.13. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório, os fiscais técnico e requisitante deverão elaborar o recebimento definitivo.

7.2.14. Após o recebimento definitivo, o gestor de contrato autorizará a contratada a emitir a nota fiscal, a qual deverá ser encaminhada preferencialmente por meio de protocolo eletrônico para a contratante. Com o recebimento da nota fiscal, o gestor do contrato enviará o processo de pagamento ao fiscal administrativo para que, em até 3 (três)

dias corridos, verifique a regularidade da nota fiscal/fatura e a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, se for o caso.

7.2.15. Após o recebimento do relatório do fiscal administrativo, o gestor do contrato emitirá o ateste da nota fiscal e enviará o processo para a autorização do pagamento, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.2.15.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.2.15.2. Emitir atesto para efeito de pagamento dos serviços prestados, com base nos termos, relatórios e documentações apresentadas.

7.2.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.3. **Procedimentos de Teste e Inspeção**

7.3.1. A contratada é responsável pela qualidade, integridade e adequação dos produtos entregues às diretrizes da ANAC.

7.3.2. A aferição dos níveis de atendimento das demandas entregues será efetuada mensalmente com base em registros do sistema de gestão de demandas, que conterà o histórico referente a data de solicitação, de conclusão e de homologação das demandas pela contratante, bem como eventos de recusa de itens de demanda.

7.3.3. Artefatos entregues sem qualidade e com não conformidades sujeitam a contratada a glosas e penalidades decorrentes de não atendimento de Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMSE), de acordo com o item 7.4 deste documento.

7.3.4. A contratante poderá realizar diligências a quaisquer instalações da contratada para auditar aspectos de interesse da prestação de serviços, a qualquer momento dentro da vigência contratual.

7.4. **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

7.4.1. A ANAC verificará mensalmente o cumprimento pela contratada dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMSE), por meio da apuração dos indicadores previstos, elaborados com as informações de tempo e qualidade do serviço prestado, extraídas das ordens de serviço (OS).

7.4.2. Em caso de descumprimento de indicador de nível mínimo de serviço que não tenha sido devidamente justificado pela contratada ou que sua justificativa não tenha sido aprovada pela contratante, haverá glosa correspondente na fatura.

7.4.3. São passíveis de entrega os serviços demandados por meio de ordem de serviço expedida na forma deste Termo e que atendam aos requisitos de completude da contratante.

7.4.4. Para serem consideradas completas, as Contagens e Aferições deverão atender aos seguintes requisitos:

7.4.4.1. ter cumprido todo o escopo demandado;

7.4.4.2. estar documentada na ferramenta de gestão de demandas;

7.4.4.3. estar aderente ao "Documento de Diretrizes de Métricas da ANAC" e à "Metodologia de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas da ANAC (MDMS)".

7.4.5. Os serviços serão considerados entregues quando da comunicação, pela contratada à contratante, da disponibilidade das contagens ou aferições produzidas na ferramenta de gestão de demandas.

7.4.6. Nos casos de aferição de contagens, a demanda só será considerada concluída após a convergência entre as contagens. Havendo divergência, a contagem do tempo de atendimento ficará parada enquanto a demanda estiver atribuída para a fábrica de software.

7.4.7. As demandas consideradas incompletas serão recusadas. Constatada qualquer inconformidade que impeça o aceite dos resultados de uma ordem de serviço, esta será reaberta no sistema de gestão de demandas, retomando então a recontagem de prazos para aplicação dos eventuais índices de Nível Mínimo de Serviço.

7.4.8. Não serão considerados, para apuração dos Níveis Mínimos de Serviço, inconformidades decorrentes de fatos supervenientes sofridos pela contratada, desde que tais fatos sejam comunicados à contratante tão logo ocorram, para que possam ser analisados quanto à pertinência. Cabe à contratada provar os fatos e os seus efeitos sobre o andamento dos serviços da OS.

- 7.4.9. A aceitação dos serviços de uma ordem de serviço não impede a constatação, no prazo da garantia, da existência de vícios e não isenta a contratada de obrigações deles decorrentes.
- 7.4.10. Uma mesma desconformidade pode desencadear mais de um evento de glosa, por descumprimento do tempo de atendimento e da qualidade exigidos, porém nunca excedendo o percentual máximo de 50% do faturamento mensal, desprezados quaisquer percentuais que excederem este teto, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas. A partir de 50% de desconto no faturamento mensal, a ANAC se reserva o direito de caracterizar o descumprimento parcial das obrigações assumidas.
- 7.4.11. O reiterado descumprimento de níveis mínimos de serviço exigidos pode resultar na aplicação de sanções administrativas, por inexecução contratual.
- 7.4.12. Os primeiros 30 (trinta) dias corridos contados após o início da vigência do Contrato serão considerados como período de adaptação e ajustes, durante o qual a contratada deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários no dimensionamento e qualificação das equipes, adequação de processos internos, implantação de ferramentas e outras transições necessárias, de modo a assegurar a execução satisfatória dos serviços. A aplicação de glosas por descumprimento de Níveis Mínimos de Serviço será suspensão para as ordens de serviço concluídas neste período, desde que a contratada comprovadamente demonstre que os trabalhos de execução das demandas estão em andamento, com a entrega dos produtos e artefatos esperados.
- 7.4.13. Os indicadores de Níveis Mínimos de Serviços que serão aplicados às demandas para fins de aferição de glosas decorrentes de descumprimentos estão descritos na Tabela 7 e Tabela 8 abaixo:

| Tabela 7 - IAE | | |
|--|--|--|
| IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS | | |
| Tópico | Descrição | |
| Finalidade | Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na ordem de serviço concluída no período de faturamento. | |
| Meta a cumprir | IAE = 0 | A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas ordens de serviço dentro do prazo previsto na Tabela 4. |
| Instrumento de medição | Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da contratante e lista de datas de conclusão das demandas registradas na ferramenta. | |
| Forma de acompanhamento | Serão apurados os prazos estipulados e realizados para conclusão das demandas (cada ordem de serviços específica), conforme item 6.1.27. O IAE (Índice de Atraso de Entrega) será a proporção que o atraso representa em relação ao prazo total estipulado para a execução de uma demanda. Caso a diferença entre o prazo realizado e o prazo estipulado seja menor que zero, será admitido o valor "zero" na fórmula de cálculo do índice. Ou seja, a antecipação de uma entrega não compensará o eventual atraso em outra. A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Para fins de aferição, será subtraído do prazo de entrega efetiva dos produtos da OS o prazo máximo de entrega. | |
| Periodicidade | Mensalmente, para cada ordem de serviço concluída e aceita pela contratante. | |
| Mecanismo de Cálculo (métrica) | $IAE = \frac{TEX - TEST}{TEST}$ <p>Onde:</p> | |

| | |
|---------------------------|--|
| | <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início (primeiro dia útil após o registro no sistema de gestão de demandas) até a data de entrega dos produtos da OS (em dias úteis).</p> <p>A data de início será considerada o primeiro dia útil após a emissão da OS, ou seja, o primeiro dia útil após o registro da OS no sistema de gestão de demandas.</p> <p>A data de entrega da OS deverá ser aquela em que a contratada submete a entrega à homologação por parte da contratante, no sistema de gestão de demandas.</p> <p>Para os casos em que a contratante rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação pela área requisitante, ou seja, na data de submissão à homologação do produto que gera aceitação da entrega.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OS, conforme estipulado no item 6.1.27 deste Termo de Referência.</p> <p>Se IAE < 0, considerar IAE = 0.</p> <p>O IAE é calculado para cada OS.</p> |
| Observações | <p>Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> |
| Início de Vigência | A partir da emissão da OS. |
| Glosa mensal (IAE) | <p>Para valores do indicador IAE:</p> $Glosa (IAE) OS_n = IAE_n * 0,6 * (Valor Medio Mensal)$ $Valor Medio Mensal = \frac{\sum_{k=1}^N V Inicial OS_n}{Quantidade de OSs}$ <p>Onde:</p> <p>Glosa (IAE) OS_n = Glosa a ser aplicada por descumprimento dos níveis mínimos de serviços sobre a ordem de serviço "n", considerando o indicador IAE (R\$).</p> <p>IAE_n = Indicador de Atraso de Entrega da OS "n", apurado conforme mecanismo de cálculo acima.</p> <p>Valor Médio Mensal = Representa o valor apurado pela divisão da somatórias dos valores iniciais das OSs concluídas pelo número de OS concluídas no período de faturamento.</p> <p>V Inicial OS_n = Conforme Tabela 6.</p> <p>Quantidade de OSs = número de ordens de serviço concluídas no período mensal de faturamento.</p> |

$$Glosa\ mensal\ (IAE) = \sum_{k=1}^N Glosa\ (IAE)\ OS_n$$

Tabela 8 - IQE

| IQE – INDICADOR DE QUALIDADE DE ENTREGA DE OS | | | | | | | | | | |
|---|--|--|------------------------------|--|-----------------------------|--------------------------|------|------|-----|------|
| Tópico | Descrição | | | | | | | | | |
| Finalidade | Medir a qualidade da entrega dos produtos e serviços constantes na ordem de serviço. | | | | | | | | | |
| Meta a cumprir | IQE = 0 | A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas ordens de serviço dentro de critérios de qualidade previstos. | | | | | | | | |
| Instrumento de medição | Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da contratante e lista de datas de conclusão das demandas registradas na ferramenta. | | | | | | | | | |
| Forma de acompanhamento | Serão apuradas as recusas encontradas durante a inspeção e homologação de uma ordem de serviço que ensejam devolução do artefato para providências necessárias. A recusa não interrompe o prazo de execução da ordem de serviço. As recusas serão computadas e somadas. | | | | | | | | | |
| Periodicidade | Mensalmente, para cada ordem de serviço concluída e aceita pela contratante. | | | | | | | | | |
| Mecanismo de Cálculo (métrica) | <div>$IQE = (Quantidade\ de\ recusas\ da\ OS_n) * (Fator\ de\ ajuste\ de\ glosa)$<table><tr><th colspan="2">Fator de ajuste de glosa IQE</th></tr><tr><th>Quantidade de recusas (IQE)</th><th>Fator de ajuste de glosa</th></tr><tr><td><= 3</td><td>0,05</td></tr><tr><td>> 3</td><td>0,10</td></tr></table></div> <p>Onde:</p> <p>IQE – Indicador de Qualidade de Entrega da OS - representa a quantidade total de recusas por ordem de serviço previamente à homologação pela contratante multiplicada pelo fator de ajuste de glosa.</p> <p>Fator de ajuste de glosa IQE_n = Fator a ser aplicado de acordo com a tabela acima, que considera a quantidade de recusas da demanda "n".</p> <p>O IAE é calculado para cada OS.</p> | | Fator de ajuste de glosa IQE | | Quantidade de recusas (IQE) | Fator de ajuste de glosa | <= 3 | 0,05 | > 3 | 0,10 |
| Fator de ajuste de glosa IQE | | | | | | | | | | |
| Quantidade de recusas (IQE) | Fator de ajuste de glosa | | | | | | | | | |
| <= 3 | 0,05 | | | | | | | | | |
| > 3 | 0,10 | | | | | | | | | |

| | |
|---------------------------|---|
| Início de Vigência | A partir da primeira submissão da ordem de serviço à homologação. |
| Glosa mensal (IQE) | <p>Para valores do indicador IQE:</p> $Glosa (IQE) OS_n = IQE_n * (Valor Medio Mensal)$ $Valor Medio Mensal = \frac{\sum_{k=1}^N V Inicial OS_n}{Quantidade de OSs}$ <p>Onde:</p> <p>Glosa (IQE) OS_n = Glosa referente a ordem de serviço "n", para o Indicador de Qualidade de Entrega de OS (R\$).</p> <p>V Inicial OS_n = Conforme Tabela 6.</p> <p>Valor Médio Mensal = Representa o valor apurado pela divisão da somatórias dos valores iniciais das OSs concluídas no período de faturamento pelo número de OS concluídas no período de apuração.</p> <p>V Inicial OS_n = Conforme Tabela 6.</p> <p>Quantidade de OSs = número de ordens de serviço concluídas no período mensal de faturamento.</p> $Glosa mensal (IQE) = \sum_{k=1}^N Glosa (IQE) OS_n$ |

7.5. Pagamento

7.5.1. Após o recebimento definitivo, o gestor de contrato autorizará a contratada a emitir a nota fiscal, a qual deverá ser encaminhada preferencialmente por meio de protocolo eletrônico para a contratante. Com o recebimento da nota fiscal, o gestor do contrato enviará o processo de pagamento ao fiscal administrativo para que, em até 3 (três) dias corridos, verifique a regularidade da nota fiscal/fatura e a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, se for o caso.

7.5.2. Após o recebimento do relatório do fiscal administrativo, o gestor do contrato emitirá o ateste da nota fiscal e enviará o processo para a autorização do pagamento, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.5.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.5.2.2. Emitir atesto para efeito de pagamento dos serviços prestados, com base nos termos, relatórios e documentações apresentadas.

7.5.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.5.4. O faturamento deverá ser mensal, mediante apresentação de nota fiscal emitida pela contratada em valor previamente aprovado pela contratante.

7.5.5. A emissão de nota fiscal será precedida do recebimento definitivo dos serviços, conforme este Termo de Referência.

7.5.6. O pagamento será efetuado com a apresentação da respectiva nota fiscal, tendo sido cumpridos, no que couber, todos os critérios estabelecidos neste documento, devidamente atestada pelo gestor do contrato.

- 7.6. As demais regras de pagamento serão previstas em item específico deste Termo de Referência.
8. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 8.1. Com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, a contratada ficará sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado do SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, o licitante que:
- 8.1.1. Cometer fraude fiscal.
- 8.1.2. Apresentar documentação falsa.
- 8.1.3. Fizer declaração falsa.
- 8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.
- 8.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto.
- 8.1.6. Falhar na execução do objeto.
- 8.1.7. Fraudar na execução do objeto.
- 8.2. A contratada, além das penalidades previstas no item anterior, poderá, garantida a prévia defesa, sofrer as seguintes penalidades passíveis de serem aplicadas pela contratante:
- 8.2.1. Advertência;
- 8.2.2. Multa, conforme os critérios e parâmetros descritos nos item 8.10 a seguir.
- 8.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANAC, por prazo não superior a 2 (dois) anos, com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- 8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.
- 8.3. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos justificados (e aceitos pela Administração), fortuitos, de força maior, ou em razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 8.4. Da aplicação das sanções previstas no Contrato caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.
- 8.5. Previamente à aplicação das sanções, poderá a empresa apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do recebimento da notificação.
- 8.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida em favor da CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por ofício. Caso a empresa não recolha a multa no prazo determinado, o valor correspondente será descontado da garantia financeira e, não sendo suficiente, será deduzido da fatura da nota fiscal, e ainda, não alcançando o total devido, o valor será inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.
- 8.7. A aplicação das sanções previstas no Contrato não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos alcançados pela Lei nº 12.846/2013.
- 8.8. Está sujeita à rescisão contratual a contratada que tiver conduta qualificada conforme artigo 78 da Lei 8.666 de 1993. A rescisão contratual prevista nesta Cláusula dependerá da análise da gravidade do fato constatado para sua aplicação e do interesse da administração na manutenção do Contrato, bem como as consequências que poderão advir da referida decisão.
- 8.9. As sanções poderão ser aplicadas de forma cumulativa, inclusive quando houver incidência da aplicação de multas.
- 8.10. Para descumprimento de cláusulas administrativas, os valores da multa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades e das responsabilidades civil e criminal, são:

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| Id | Ocorrência | Sanção |
|----|--|---|
| 1 | Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial. | Advertência. Em caso de reincidência, multa de 2% sobre o valor total do Contrato. |
| 2 | Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. | A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 10% do valor da contratação. |
| 3 | Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação. | A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração. |
| 4 | Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. | Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual. |
| 5 | Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação. | Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual. |
| 6 | Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato. | Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato, por dia corrido de suspensão ou interrupção. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral. |
| 7 | Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato. | Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual. |
| 8 | Não prestar os esclarecimentos solicitados pela contratante, referentes à execução dos serviços, no prazo máximo de 48 horas úteis. | Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis. |
| | | Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do Contrato. |
| 9 | Deixar de cumprir requisitos de sigilo e confidencialidade provocando vazamento de quaisquer informações de caráter privado sem autorização expressa da contratante. | Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato por ocorrência. |
| 10 | Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante. | A contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993. |
| 11 | Não notificar de imediato a ANAC em caso de ocorrência de incidentes que envolvam vazamento de dados ou violação de dados pessoais, relacionados ao objeto contratual. | Multa de 10% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral. |
| 12 | Não apresentar Termos de Compromisso e Manutenção de Sigilo e Termos de Ciência assinados. | Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato. |
| 13 | Não apresentar documentação de treinamento e conscientização dos envolvidos no processamento e proteção dos dados. | Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato. |
| 14 | Não apresentar documentos de comprovação de registros de eventos, rastreabilidade e salvaguarda de logs das atividades de administradores e operadores, no prazo de 15 dias, quando solicitado. | Multa de 10% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral. |
| 15 | Não atender aos Níveis Mínimos de Serviço, redundando na ocorrência de indicadores | Multa de 5% sobre o valor total do Contrato. |

| | | |
|----|--|---|
| | com percentual de glosas acima de 50% dos serviços mensais, de acordo com item 7.4.10 deste documento. | |
| 16 | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela. | Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato. |
| 17 | Reincidência no descumprimento das diretrizes definidas pela ANAC no atendimento dos serviços. | Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total anual do contrato por ocorrência, limitada a 1,25%. O descumprimento que ensejar penalidade de multa acima desse percentual implicará em inexecução parcial do objeto deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei no 8.666/93. |
| 18 | Não fornecer todos os dados, versões finais dos artefatos, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços durante a transferência do conhecimento técnico e operacional nos eventos de encerramento do contrato. | Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor total anual do contrato para cada dia útil de atraso até o limite de 10 (dez) dias úteis. A não entrega dos artefatos citados após esse prazo implicará em inexecução parcial do objeto deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei no 8.666/93. |
| 19 | Não observância à legislação que trata de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) e proteção do consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) | Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total anual do contrato por ocorrência, limitada a 3%. |

- 8.11. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 8.11.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 8.11.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.11.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.13. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 8.13.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 8.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 8.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 8.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

VISTORIA TÉCNICA

- 9.1. A contratante considera que todas as informações necessárias para a elaboração de propostas estão contidas neste documentos e nos Anexos e salienta-se que para este certame a vistoria **não é obrigatória**, tendo em vista que a prestação dos serviços será preferencialmente não presencial.
- 9.2. Os licitantes, caso julguem pertinente, poderão, no entanto, realizar vistorias nos locais onde os serviços poderão ser executados (quando presenciais), examinando as áreas e tomando ciência das características, peculiaridades e grau de dificuldades dos serviços a serem contratados.
- 9.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 9.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 9.5. As vistorias deverão ocorrer nas dependências da Sede da Agência Nacional de Aviação Civil, localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF, CEP 70.308-200. Caso haja restrições de acesso às dependências da contratada em virtude de eventuais medidas de isolamento social, a vistoria poderá ocorrer excepcionalmente por videoconferência.
- 9.6. Realizada a vistoria, será firmada o "Termo de Vistoria Técnica" (ANEXO XIII), em conformidade com o inciso III, do art. 30, da Lei nº 8.666/1993.
- 9.7. A vistoria deverá ser previamente agendada com a equipe técnica da STI/ANAC, através do e-mail sti@anac.gov.br ou telefone (61) 3314-4196, em dias úteis, das 9 às 11 e de 13 às 17, no prazo iniciado no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para início do certame.
- 9.8. Através da vistoria, a licitante deverá assinar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 9.9. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá firmar o "Termo de Responsabilidade por não realizar Vistoria Técnica" (ANEXO XIV), onde assume ciência plena e irrestrita do ambiente de execução dos serviços, se comprometendo a executar tais serviços nas áreas disponibilizadas pela contratante e de acordo com as características, peculiaridades e grau de dificuldades próprios.
- 9.10. Não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços, de dificuldades técnicas não previstas ou de custos não planejados.
- 9.11. No período compreendendo o dia útil seguinte ao da publicação do Edital até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, poderão ser disponibilizadas, à licitante ou ao seu representante legal, através de meio eletrônico, informações adicionais relativas ao objeto da licitação, para que a empresa possa ter melhores condições de bem elaborar sua proposta.
- 9.12. Será exigida para habilitação técnica da empresa vencedora a "Termo de Vistoria Técnica" (ANEXO XIII) ou a "Termo de Responsabilidade por não realizar Vistoria Técnica" (ANEXO XIV) emitidos pela contratante, devendo a licitante comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 10.5. O valor global máximo a ser admitido por esta Agência para a presente contratação é de **R\$129.617,00 (cento e vinte e nove mil seiscientos e dezessete reais)**, o qual corresponde ao custo total da contratação por 12 (doze) meses de vigência do Contrato, devendo serem respeitados os valores máximos unitário e total do item, conforme Tabela a seguir:

| Id. | Descrição do Bem ou Serviço | Quantidade | Unidade de medida | Valor unitário máximo (R\$) | Valor total máximo (R\$) |
|-----|---|------------|-------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1 | Serviços de mensuração de tamanho de software | 11.350 | Pontos de Função | 11,42 | 129.617,00 |

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 11.1. A estimativa do impacto no orçamento e sua classificação contábil, com indicação das fontes de recurso, são aqueles contastes no Edital; e
- 11.2. A execução física e financeira ocorrerá mensalmente conforme forem abertas as ordens de serviços para mensuração dos pontos de função.

DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será permitida a subcontratação para o objeto da presente contratação.

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

14.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

15. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

15.2. O regime de execução do contrato a ser firmado será o de Empreitada por Preço unitário.

15.3. Enquadra-se a contratação em tela como prestação de serviços comuns, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nos termos do Decreto nº 10.024, de 31/05/2005, por ter padrões de desempenho e qualidade concisos e possíveis de serem definidos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

15.4. Os padrões de desempenho e qualidade estão definidos neste Termo de Referência.

15.5. Sendo o objeto enquadrado como “comum”, o processo de seleção do fornecedor será realizado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO por item, em sessão pública a ser realizada por meio do sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal Comprasnet, sítio

15.6. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

15.6.1. Aplicar-se-á o direito de preferência às micro e pequenas empresas, previsto nos artigos 44 da Lei Complementar Nº. 123/2006. Entretanto, não se tratando de micro e pequena empresa, serão seguidos os critérios do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991. Deve ser observado ainda o disposto no Decreto nº 7.174, de 2010.

15.7. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

15.7.1. Por se tratar de atividade de apoio à fiscalização dos contratos de desenvolvimento de sistemas, está vedada a participação na licitação da empresa que presta serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas na ANAC, conforme previsto no artigo 4º IN SGD/ME nº 01/2019. Esses serviços são prestados atualmente por meio do Contrato nº 30/ANAC/2020.

15.7.2. A qualificação técnica deverá ser comprovada pela licitante vencedora da fase de lances com a apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou serviços de mensuração de tamanho funcional em Pontos de Função sobre soluções de software utilizando a metodologia do *International Function Point Users Group* – IFPUG, de acordo com os requisitos técnicos descritos mais adiante.

15.7.3. O conjunto de atestados de capacidade técnica deve constituir 50% (cinquenta por cento) do volume licitado, ou seja, a prestação de serviços Contagem e Aferição de Pontos de Função não ajustados em quantidade igual ou superior a 5.675 (cinco mil seiscentos e setenta e cinco) Pontos de Função, utilizando a metodologia do *International Function Point Users Group* – IFPUG, realizadas por especialistas certificados (*Certified Function Point Specialist* – CPFS) pelo IFPUG e com certificação válida no período da contagem, por um período ininterrupto de 12 (doze) meses.

15.7.4. Obrigatoriamente, todos os atestados deverão atender às seguintes condições:

15.7.4.1. Ser expedido em papel ou meio digital com identificação oficial do atestante;

15.7.4.2. Conter nome, cargo/função, CPF, Identidade, telefone e endereço de correio eletrônico do representante do atestante (ou qualquer outra forma que o atestante possa se valer para firmar contratos);

15.7.4.3. Redação clara, sucinta e objetiva que demonstre o atendimento ao objeto da requisição;

15.7.4.4. Assinatura do representante legal do órgão público ou empresa responsável pelo atestado;

15.7.4.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

15.7.4.6. Contenham explicitamente o(s) período(s) a que se referem os serviços executados.

15.7.5. O(s) atestado(s) deve(m) referir-se a contratos cujo objeto seja a contagem de pontos de função em nome do contratante, e não como uma atividade instrumental ao desenvolvimento de software.

15.7.6. Não serão aceitos atestados que apresentem a execução de serviços por qualquer unidade de medida que não seja Pontos de Função, por exemplo métrica de homem/hora, ou Unidade de Serviço Técnico (UST). Não será aceita nenhuma relação que pretenda converter qualquer métrica em Pontos de Função.

15.7.7. Para efeito de comprovação do volume de serviços, é permitido o somatório de contratos executados. Para isso, a licitante deverá fixar, a seu critério, intervalo de tempo de 12 (doze) meses, independentemente do ano no qual o volume de serviços foi executado.

15.7.8. Tal exigência visa a evitar que o somatório de atestados acumulados durante longo período de tempo atinja o quantitativo mínimo exigido, não resultando, porém, na comprovação da efetiva capacidade logística e operacional da empresa licitante para executar o objeto previsto, em aderência aos Acórdãos 2.048/2006 e 1.287/2008, todos do Plenário do TCU.

15.7.9. Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério da ANAC, para verificação da autenticidade do conteúdo e da execução satisfatória de objeto compatível com as características do objeto licitado, tanto do ponto de vista do processo de trabalho e das normas técnicas que regulamentam esses serviços, quanto em termos de quantidades e prazos demandados.

15.7.10. Caso seja apurada alguma divergência entre os termos do atestado de capacidade técnica e a realidade constatada nas diligências, além da desclassificação no certame, a licitante estará sujeita às penalidades cabíveis.

15.7.11. A recusa do emitente do atestado em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, desconstituirá o Atestado de Capacidade Técnica.

15.7.12. Nos casos de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da licitante. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, e ainda as que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica como sócia em comum.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.2. o período de prestação dos serviços;

16.4.3. o valor a pagar;

16.4.4. a data da emissão;

16.4.5. o prazo de validade; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29,

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | |
|----------|-----------------------------|--|
| I = (TX) | $I = \frac{(6 / 100)}{365}$ | I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|----------|-----------------------------|--|

17. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.3. Considerará no que couber o rito previsto na Instrução Normativa nº 01/2019 da SGD/ME, e terá o monitoramento da execução realizados observando o disposto no Modelo de Gestão do contrato.

18.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará Indicadores de Nível Mínimo de Serviços Exigidos - NMSE, conforme item 7.4 deste TR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

18.4.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.4.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 18.5. A utilização de NMSE não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 18.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degradação, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 18.7. Os fiscais requisitantes e técnicos deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 18.8. O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.9. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.10. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 18.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 18.12. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelos fiscais requisitantes e técnicos, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 18.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 18.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 18.15. O representante da contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 18.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 18.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.18. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

20. **DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

20.1. Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, pois a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da Administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993. Ademais, a experiência prática demonstra que as licitações que permitem esse tipo de participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não corresponde ao caso desta contratação. Salienta-se que, embora este tipo de contratação exija uma gama de conhecimentos técnicos e especializados, é um serviço comum e amplamente contratado por todos os órgãos/entidades da Administração Pública, mitigando, assim, a complexidade técnica da prestação dos serviços. Ademais, observou-se que nenhuma das contratações analisadas de serviços de mensuração de software há permissão de consórcio, refletindo a forma isolada como as empresas atuam no setor, repercutindo numa maior disputa do certame.

21. **DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

21.1. São anexos deste Termo de Referência os seguintes documentos:

- Anexo I - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (6312857)
- Anexo II - Termo de ciência (6312863)
- Anexo III - Planilha_de_Contagem_-_Template (6312869)

- Anexo IV - Termo de Credenciamento (6312872)
- Anexo V - Termo Adesao ao Codigo de Etica (6312873)
- Anexo VI - Declaração de Parentesco Nepotismo (6312874)
- Anexo VII - Documento de Diretrizes de Métricas ANAC (6312770)
- Anexo VIII - Termo de Encerramento do Contrato (6312876)
- Anexo IX - MDMS - ANAC (6312772)
- Anexo X - Ordem de serviço ou fornecimento de bens (6312884)
- Anexo XI - Termo de Recebimento Provisório (6322482)
- Anexo XII - Termo de Recebimento Definitivo (6322483)
- Anexo XIII - Termo de Vistoria Técnica (6373798).
- Anexo XIV - Termo de Responsabilidade por não realizar a Vistoria Técnica (6373832).

22. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 5147, de 07 de junho de 2021 (SEI! 5802890).

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

| | | |
|---|--|---|
| <div> <div></div> <div> Integrante Requisitante ARTHUR VICTOR GANZERT Técnico Administrativo </div> </div> | <div> <div></div> <div> Integrante Técnico ALEXANDRE MAGNUS FERNANDES DINIZ Analista Administrativo </div> </div> | <div> <div></div> <div> Integrante Administrativo ADERSON DE LIMA CALAZANS Analista Administrativo </div> </div> |
|---|--|---|

Aprovo. Encaminhe-se à Gerência Técnica de Licitações e Contratos (GTLC/SAF) para providências relativas à contratação, segundo o Art. 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

| |
|--|
| <div> <div></div> <div> Autoridade Máxima da Área de TIC </div> </div> |
| <div> <div></div> <div> JOSÉ ASSUMPÇÃO RODRIGUES DE ALMEIDA Superintendente de Tecnologia da Informação </div> </div> |



[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Aderson de Lima Calazans, Analista Administrativo**, em 08/12/2021, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Magnus Fernandes Diniz, Gerente Técnico**, em 08/12/2021, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Assumpção Rodrigues de Almeida, Superintendente de Tecnologia da Informação**, em 08/12/2021, às 21:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **6535926** e o código CRC **9EF2F70C**.